



## **A aluna-trabalhadora no âmbito do PROEJA: entre limites e possibilidades**

The student-worker within the scope of PROEJA: between limits and possibilities

**Fernando Augusto Semente Lima**

Instituto Federal de Pernambuco | fernando.lima@paulista.ifpe.edu.br

**Atacy Maciel de Melo Cavalcante**

Instituto Federal de Pernambuco | atacy.maciel@barreiros.ifpe.edu.br

**Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos**

Instituto Federal de Pernambuco | rosa.vasconcelos@ead.ifpe.edu.br

### **RESUMO**

*O PROEJA foi planejado para atender e integrar as demandas educacionais de Jovens e Adultos na educação profissional e técnica em diversas instituições, dentre elas os Institutos Federais. Esta proposta visa descrever e compreender os limites (dificuldades) e potencialidades (possibilidades) identificadas nas trajetórias das estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo do IFPE, Campus Paulista, concernentes a conciliação das atividades acadêmicas com o trabalho. Utilizou-se uma metodologia qualitativa envolvendo revisão bibliográfica sobre: trabalho, estudante-trabalhador e discussão de gêneros. Para aquisição dos dados, foram aplicados questionários digitais direcionados às estudantes egressas dos anos 2018 a 2021. O questionário foi estruturado em três partes: caracterização e discussão das categorias à qual eram vinculadas as estudantes, compartilhamento dos passos metodológicos e apresentação dos resultados obtidos. Foi possível observar a existência de limites na trajetória educacional das estudantes. Percebeu-se que há um impacto em suas formações, no nível do trabalho, no exercício dele e quanto à reflexão deste e a sua condição de cidadã. Quanto às possibilidades, estas não foram elencadas pelas alunas, possivelmente em função de uma incompreensão do questionamento que lhe foi dirigido. Em suma, a vivência no PROEJA se traduz como algo positivo nas trajetórias pessoais e profissionais das estudantes.*

**Palavras-chaves:** *dificuldade, educação, gênero, trabalho.*

### **ABSTRACT**

*PROEJA was designed to meet and integrate the educational demands of Youth and Adults in professional and technical education in various institutions, including the Federal Institutes. This proposal aims to describe and understand the limits (difficulties) and potentialities (possibilities) identified in the trajectories of PROEJA students in the Administrative Assistant course at IFPE, Campus Paulista, with regard to reconciling academic activities with work. A qualitative*

*methodology was used, involving a literature review on: work, student-worker and gender discussion. For data acquisition, digital quiz were applied to students from 2018 to 2021. The quiz was structured in three parts: characterization and discussion of the categories to which the students were linked, sharing of the methodological steps and presentation of the results obtained. It was possible to observe the existence of limits in the educational trajectory of the students. It was noticed that there is an impact on their training, on the exercise and reflection of work and their condition as a citizen. As for the possibilities, these were not listed by the students, possibly due to a misunderstanding of the questioning that was addressed to them. In short, the experience in PROEJA translates into something positive in the personal and professional trajectories of the students.*

**Keywords:** *difficulty, education, gender, work.*

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho consiste em uma atividade de notável importância para a sociabilidade humana, sobretudo no sistema capitalista. Possuir um trabalho confere àquele que o desempenha um *status*, uma posição social, que lhe distingue daquele que não o possui e dele não extrai rendimentos, os quais, em última instância, servem-lhe para exercitar a sua cidadania. O termo “cidadania” possibilita várias análises e está relacionada com as premissas do capitalismo. Ao pensar em cidadania, é importante refletir a cidadania em geral (na totalidade dos seus aspectos), a qual se apresenta em várias facetas mediante as demandas do capitalismo, tendo um caráter também político, e estando intimamente ligada com as relações de trabalho.

A concepção de trabalho mudou ao longo da história. Passou de uma concepção intimamente ligada ao sofrimento e adiamento do prazer, daí o termo utilizado no português originar-se de *tripalium*, instrumento de tortura, para algo que dá sentido à vida física e social, resultando, por exemplo, no fenômeno do *karoshi* japonês, quando há a morte pelo excesso de trabalho. No Brasil a experiência do trabalho obedece a uma construção sócio-histórica que vincula-se às indelévels marcas de nossa história: a exploração, desigualdade e violência.

A condição de sociedade com marcadores de classe, com passado escravocrata e tradição de exclusão social influenciou a instituição educação historicamente (MOURA, 2017). Essa situação marcada por grande desigualdade

social trouxe impactos para a educação, relacionando-se com o analfabetismo, problemas em relação ao acesso à educação escolar, culminando com a instituição da Educação de Jovens e Adultos como política pública visando a superação do cenário (ANA *et al.*, 2019).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é regulamentado por meio do Decreto nº 5.840 (BRASIL, 2006), complementada recentemente pela Resolução CNE/CEB nº1 (BRASIL, 2021), incorporado e articulado a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) à EJA, na Rede Federal de Educação através dos Institutos Federais (IF's), pontuado na lei de criação dos IF's (BRASIL, 2008), que orienta que o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Em 2014, a Lei nº 13.005/2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), reiterando que as matrículas da EJA sejam, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), nos Ensinos Fundamental e Médio, ofertadas de forma integrada à Educação Profissional, alínea descrita na Meta 10 do PNE (BRASIL, 2014).

Posteriormente, foi publicada a Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) que trata sobre a nova oferta do Ensino Médio, baseada na alteração da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A alteração foi alvo de críticas e diálogo entre profissionais da educação, uma vez que a proposta foi infeliz no que tange as limitações e particularidades inerentes aos sujeitos inseridos no contexto do PROEJA (jovens e adultos). Partindo desse context, o Conselho Nacional de Educação (CNE) lançou nova legislação atualizando as novas determinações legais para oferta do Ensino Médio que foram regulamentadas pela Resolução CNE/CEB (BRASIL, 2018).

É legítima toda discussão que circunda a revisão do novo Ensino médio presente nas entrelinhas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através do CNE/CP nº 2 (BRASIL, 2017), uma vez que o documento se baseia nas demandas de crianças e adolescentes, não contemplando as necessidades de

jovens e adultos inseridos no contexto pluralizado do PROEJA. Segundo o parecer CNE/CEB 1/2021 (BRASIL, 2020), é necessário considerar as peculiaridades do público alvo e do processo pedagógico adequado para lidar com as suas características educacionais específicas, a começar pelo desafio concernente ao fato de que as aprendizagens não acontecerão na idade própria, fato que naturalmente já requer metodologias e recursos didáticos apropriados para o processo de ensino/aprendizagem.

Atualmente, a Resolução nº 1/2021, institui diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à BNCC, e educação de jovens e adultos a distância (BRASIL, 2021), promovendo a inclusão deste público com direito a acesso, permanência e a continuidade dos estudos dentro das atuais diretrizes da BNCC.

Os alunos vinculados à modalidade do PROEJA, geralmente pertencem a grupos sociais que são caracterizados por baixa renda e dificuldades de satisfação material. Não raro, estes têm de acumular as responsabilidades do trabalho e as atividades acadêmicas para conseguir se adequar as exigências do programas. As dificuldades pelas quais passam os estudantes do PROEJA ao tentar conciliar o trabalho com as atividades acadêmicas demanda a necessidade de uma reflexão sobre a trajetória desses estudantes nos cursos contemplados pelo programa. De outro modo, as trajetórias desses alunos apresentam uma faceta positiva a partir da apropriação dos conhecimentos tácitos<sup>1</sup>, aquele adquirido ao longo das experiências e vivências particulares de cada pessoa, para o aprofundamento do processo ensino-aprendizagem no ensino formal.

Uma característica a ser destacada em relação aos sujeitos da EJA é o vínculo com o trabalho, seja por serem filhos de trabalhadores, por estarem em busca de emprego ou por já fazerem parte do mundo do trabalho. Esse público tem o trabalho como prioridade e necessidade diferenciada de organização dos

---

<sup>1</sup> Todo conhecimento advindo da experiência tende a ser tácito, físico, subjetivo, pessoal e complexo, oriundo da vivência pessoal e com uma dimensão contextual. Em geral, é desenvolvido e interiorizado pelo conhecedor. Pode ser dividido em técnico (quando descreve as habilidades informais) e cognitivo (quando abrange os modelos mentais, crenças, percepções, a forma como vemos o mundo à nossa volta). Sua natureza subjetiva e intuitiva torna-o difícil de ser processado ou transmitido por qualquer forma sistemática ou lógica (NONAKA e TAKEUCHI, 1995).

demais tempos da vida e que, ao retomar ao processo de escolarização, precisa assumir o compromisso do presente para a construção do futuro. São sujeitos de múltiplos saberes constituídos nas experiências de suas histórias de vida, marcadas por discontinuidades que ficam evidentes em seus percursos escolares. Retornar à escola e frequentá-la constitui, dessa maneira, uma possibilidade de aquisição do conhecimento formal com o intuito de elevação de escolaridade, possibilidade de uma qualificação profissional integrada à formação propedêutica e também a (re)inserção no mundo do trabalho, com possibilidade(s) de melhoria(s) de vida nas dimensões social, cultural e econômica (BRASIL, 2021).

É importante contextualizar o trabalho dentro do contexto profissional e acadêmico vivenciado pelas estudantes do PROEJA. Pois, seus conhecimentos tácitos representam uma ferramenta que pode ser utilizada de maneira pedagógica, já que está inserida diariamente no conhecimento construído em sala de aula, cabendo ao docente compreender e orientar a construção desse conhecimento agregado, essencial para o desenvolvimento do estudante e de uma aprendizagem significativa.

A investigação do sujeito visa examinar a sua situação a partir de diversos ângulos e o real alcance dessa multiplicidade de tarefas, na busca pela interação dos conhecimentos de maneira didática, acertiva e contemplativa, intencionando identificar a categoria na qual as estudantes estavam inseridas. Neste contexto, é louvável refletir sobre uma questão: quais os conhecimentos tácitos trazidos pelas estudantes do PROEJA dentro da sua realidade de trabalho ou dos seus contextos profissionais e pessoais? A investigação também contempla a posição das alunas que vivenciam a categoria de gênero, que é uma questão historicamente pluralizada e repleta de conhecimento e desafios agregados. Quando a categoria gênero entra em cena, a situação se complexifica. A trajetória das alunas pertencentes a essa categoria passa a sofrer a influência de variáveis intervenientes que são próprias à sua condição, que é o caso dos sujeitos analisados neste artigo, representando grande multiplicidade.

Diante do exposto, objetiva-se com este estudo descrever e compreender os limites (dificuldades) e potencialidades (possibilidades) identificadas nas

trajetórias das estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo do IFPE, *Campus* Paulista, concernentes a conciliação das atividades acadêmicas com o trabalho.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente artigo se ampara numa abordagem qualitativa, descritiva, na forma de uma pesquisa de campo. Trata-se, pois, de um estudo acerca de um fenômeno específico. No que concerne à coleta de dados, destacamos o questionário *online*, ferramenta que possibilitou descrever o campo nos ancorando na substância teórica. Os questionários foram imprescindíveis para a aquisição de dados, permitindo-nos maior celeridade da devolutiva do público estudado.

No que concerne à amostra, os sujeitos da pesquisa, trabalhou-se com o grupo de 61 alunas do Curso Técnico de Assistente Administrativo, modalidade PROEJA, dos períodos 2018.2, 2019.2 e 2021.2, ofertado no *Campus* Paulista do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). A escolha por estes três semestres foi visando contemplar as turmas existentes do referido curso até o momento de fechamento da pesquisa, visando a obtenção do maior número de respostas possíveis. Essa amostra obedeceu ao critério de acessibilidade posto por Prodonov e De Freitas (2013), uma vez não demandar alto nível de precisão, e também contemplou linguagem acessível, como prescrevem os mesmos autores.

O Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo - PROEJA, pertence ao eixo de gestão e negócios e guarda íntimas relações com o trabalho, pois, para uma boa apropriação dos conteúdos que estão dispostos no itinerário formativo proposto pelo curso, importa uma compreensão tácita de elementos das áreas de administração e economia, que podem ser traduzidos como um entendimento de contas básicas, separação de estoques numa casa e organização do tempo, ficando em exemplos domésticos. É ofertado na modalidade de curso presencial e concomitante ao ensino médio, com matrícula semestral, carga horária total de 1900 horas, ofertado no turno da noite e voltado para o público feminino. Para efetivar matrícula, é necessário que a estudante esteja inscrita no primeiro módulo do Ensino Médio na Educação de Jovens e

Adultos (EJA Médio) na Escola Estadual Dr. Luiz Cabral de Melo, localizada em Paulista-PE (IFPE, 2019). Aos alunos matriculados nos cursos PROEJA é disponibilizada uma bolsa para ajuda de custo de R\$ 100,00 (cem reais).

A escolha pelo curso e pelo *Campus* aconteceu pela experiência profissional de um dos autores deste artigo, atual coordenador do referido curso, onde através da vivência profissional, percebeu que por se tratar de um curso direcionado exclusivamente para mulheres, esse debate e diálogo em torno das dimensões de trabalho, estudo e as questões de gênero, eram fatores que mereciam uma discussão e reflexão mais profunda.

Quanto ao campo, concordando com Minayo (1994), este possui uma importância dentro da pesquisa social, marcado pelos sujeitos, que agem em grupos sociais respondendo a dinâmicas que lhe são próprias e específicas. Quanto à caracterização dos sujeitos, questões associadas a gênero, raça e renda foram contempladas no questionário.

Os dados transcritos nos questionários foram obtidos através das respostas das estudantes avaliados mediante interpretação dos resultados. O questionário foi elaborado através do Google formulário, redigido com uma linguagem acessível, aplicado de maneira digital contemplando questões objetivas e subjetivas, apresentados aos sujeitos após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O mesmo foi estruturado em três partes: caracterização e discussão das categorias à qual eram vinculadas as estudantes, compartilhamento dos passos metodológicos e apresentação dos resultados obtidos.

Gil (2008) relata que a interpretação de dados tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. Isto possibilitou a reflexão acerca dos dados provenientes dos questionários que revelam a condição de aluna-trabalhadora, descortinando eventuais limites e possibilidades provenientes dessa condição. Nesse sentido, enquanto categoria, estritamente, considerou-se a aluna-trabalhadora.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante de um fenômeno histórico no país, que levou ao apartamento de algumas categorias sociais em relação às participações institucionais (DEL PRIORE, 2004; STAMATO, 2002) nasceu a proposta do curso PROEJA Mulheres Assistente Administrativo. Esse traria a possibilidade de uma formação formal que fosse de encontro àquelas usualmente orientadas às classes menos favorecidas. Contudo, a experiência dos sujeitos envolvidos nesse caminhar não é algo simples, pois a aprendizagem é construída a partir de uma conjuntura subjetiva e pluralizada de saberes trazidos pelas alunas, que são diariamente refletidos nas práticas pedagógicas do curso e formação das profissionais.

O corpo discente do curso é marcado pela categoria das alunas-trabalhadoras. Isso significa que há a necessidade de conciliar diariamente as responsabilidades acadêmicas com as atividades do trabalho (capaz de conferir renda àquelas que o desempenham) e afazeres domésticos. Em adição, vale abordar o trabalho como algo que transcende a clássica ação para conferência de renda. Ademais, o trabalho doméstico não-remunerado constitui, para nós, um trabalho tal como aqueles que produzem renda. Sendo assim, esse trabalho, sendo remunerado ou não, formal ou não, deve ser conciliado com as atividades acadêmicas propostas pelo curso, o que eventualmente traz dificuldades e desperta conflitos. Além disso, o exercício do trabalho pode ter uma faceta positiva na medida em que desperta a aluna-trabalhadora para competências, desenvolvendo nelas conhecimentos e experiências, o saber-fazer que pode ser explorado pedagogicamente no seio da proposta de educação formal no curso.

O eixo, ou área, de gestão e negócios, como todas as outras, respondem às dinâmicas históricas. A área em questão está intimamente ligada à história do trabalho e do desenvolvimento capitalista que engendrou ferramentas de aprendizado para a sua manutenção. Neste sentido, o eixo formativo em gestão e negócios guarda consigo um elemento ideológico uma vez que ambiciona formar para o mercado de trabalho estando, assim, em consonância com valores que figuram no seio da estrutura capitalista. Aqui se fazem sentir as proposições levadas a cabo por Saviani (2007).

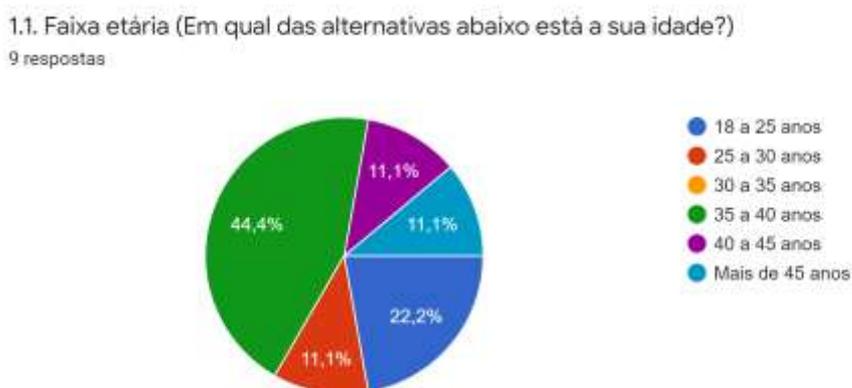
Após a aplicação dos questionários, e conseqüente aquisição dos dados, pôde-se lançar mão de reflexões acerca dos resultados. O questionário em questão contemplou perguntas divididas em blocos: 1) Perfil da estudante, no intuito de compreender o sujeito no PROEJA; 2) A estudante-trabalhadora, com questões específicas sobre a conciliação entre os papéis de trabalhadora e estudante.

A categoria do aluna-trabalhadora guarda consigo alguns entraves que são próprios à sua condição: dificuldade de tempo; sobreposição das demandas do trabalho sobre as acadêmicas. Para além disso, atentar para a especificidade do grupo de análise, mulheres. As questões de gênero podem atuar desfavoravelmente às estudantes, haja vista, por exemplo, a histórica dupla jornada de trabalho experimentada por essas estudantes.

No que concerne ao perfil das estudantes evidenciou-se um perfil predominantemente associado às classes menos favorecidas. A própria condição enquanto estudante do PROEJA deduz essa posição, uma vez que o programa objetiva oportunizar aos estudantes a conclusão do ensino médio. Participaram desta pesquisa 9 estudantes de um total de 61 alunas pertencentes aos semestres contemplados. Do universo dos sujeitos, 14,8% responderam os questionários, refletindo, na prática, a dificuldade das alunas em realizar algumas atividades e conciliar com a sua rotina pessoal e de trabalho.

Em relação à faixa etária, obtivemos os resultados apresentados na Figura 1. Do nosso universo (9 respostas), 44,5% têm entre 35 e 40 anos; 22,2% entre 18 e 25 anos; 11,1% entre 40 e 45 anos; 11,1% entre 25 e 30 anos e 11,1% com mais de 45 anos.

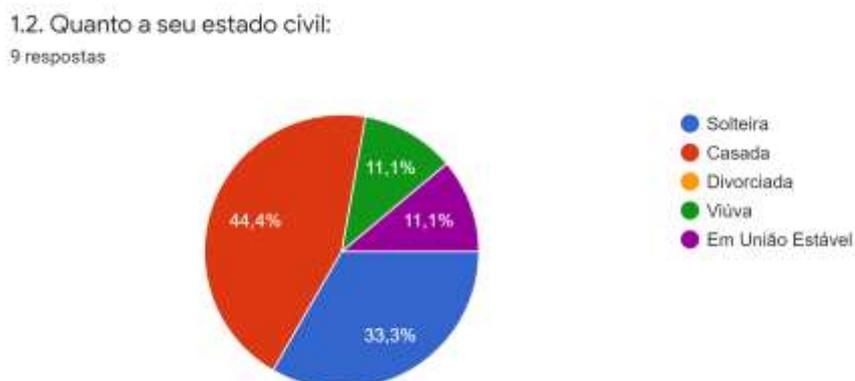
**Figura 1.** Distribuição percentual de respostas no tocante a faixa etária das estudantes.



Fonte: Própria.

No que concerne ao estado civil, dados apresentados na Figura 2, 44,4% das mulheres que responderam o formulário é casada, seguida por solteira, 33,3%; 11,1% de viúva e 11,1% com união estável.

**Figura 2.** Distribuição percentual de respostas no tocante ao estado civil das estudantes.



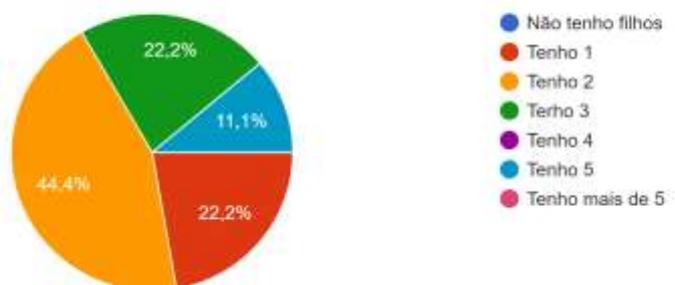
Fonte: Própria.

Quanto aos filhos, todas as respondentes o possuem. A maioria possui 2 filhos, 44,4%; seguido por 1 filho, 22,2%, e 3 filhos, com igual porcentagem de 22,2%, findando com 5 filhos, 11,1%. Os dados estão apresentados na Figura 3.

**Figura 3.** Distribuição percentual de respostas no tocante a existência e quantidade de filhos por parte das estudantes.

1.3. Sobre filhos, você:

9 respostas



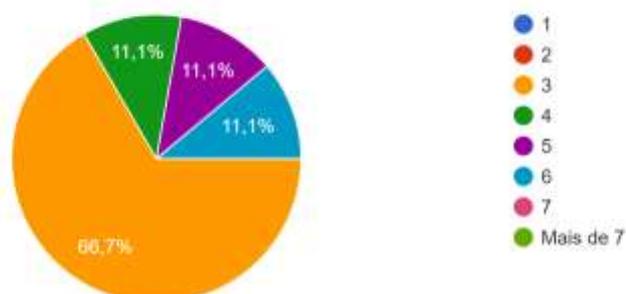
Fonte: Própria.

No que se refere às pessoas que vivem na residência juntamente com a estudante, a maioria, 66,7%, vive em residências com 3 pessoas; seguidas por 4 pessoas, 11,1%, e 5 e 6 pessoas, com a mesma porcentagem de 11,1%, como mostra a Figura 4.

**Figura 4.** Distribuição percentual de respostas no tocante a quantidade de pessoas que moram com as estudantes.

1.4. Quantas pessoas vivem em sua casa? Contando com você

9 respostas



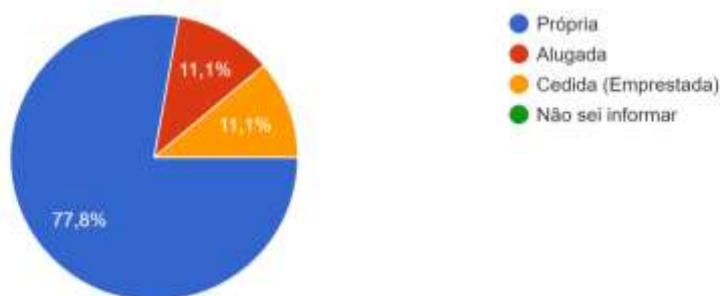
Fonte: Própria.

A Figura 5 transcreve as respostas obtidas a respeito da característica da residência das estudantes. A maioria das respondentes vivem em residência

própria, 77,8%, outras em residências alugadas, 11,1%, e outras em imóvel cedido, com 11,1%.

**Figura 5.** Distribuição percentual de respostas no tocante às informações sobre a residência das estudantes.

1.5. Sobre a sua residência, ela é:  
9 respostas:

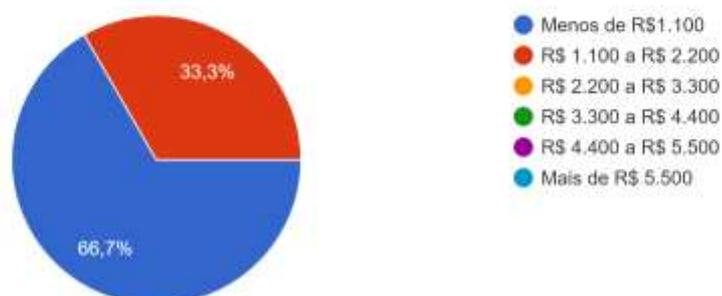


Fonte: Própria.

No que toca à renda, a maioria das estudantes recebe até R\$ 1.100,00, 66,7%, enquanto o restante, 33,3%, possui renda entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.000,00, dados explicitados na Figura 6.

**Figura 6.** Distribuição percentual de respostas no tocante a renda das estudantes.

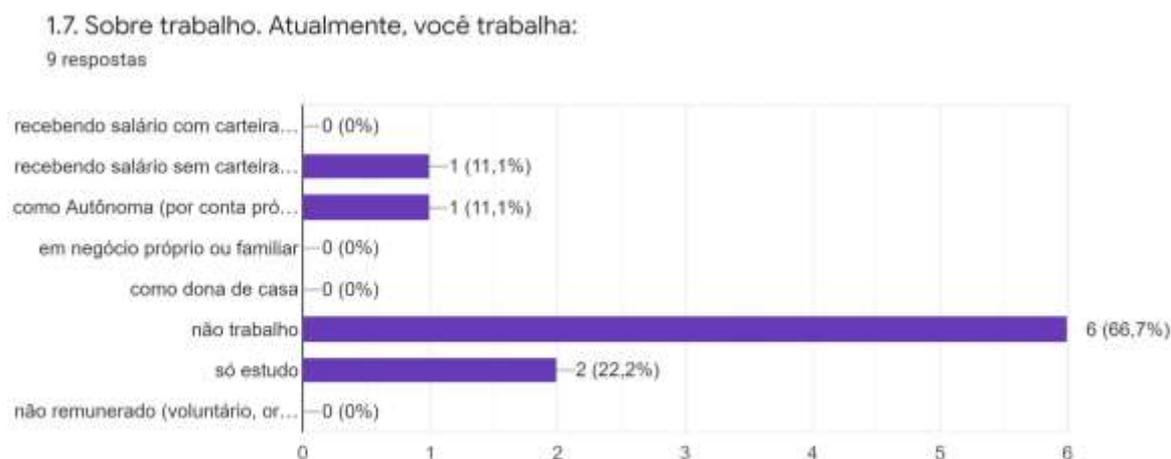
1.6. Qual a sua faixa de renda familiar? (Some o quanto ganham por mês as pessoas que vivem em sua casa)  
9 respostas:



Fonte: Própria.

Sobre a condição enquanto trabalhadora, dados apresentados na Figura 7, a maioria das estudantes, 66,7%, afirmou não estar trabalhando, seguida por aquelas que somente estudam, 22,2%. Ademais, dentre as respostas obtidas, 11,1% recebem salário sem carteira assinada (complemento de renda através de bolsa de auxílio e/ou programas sociais) e 11,1% atuam como autônomas. Interessante esses dados na medida em que alguns sujeitos podem atuar majoritariamente como trabalhadoras domésticas (dona de casa). É possível que, ao afirmarem não trabalhar, não compreendam esses afazeres como uma agência relativa ao mundo do trabalho. Outro fato notável é a dificuldade delas para interpretar o questionamento, ilustrado pelas respostas, uma vez que houve aluna que respondeu em duplicidade.

**Figura 7.** Distribuição percentual de respostas no tocante a força de trabalho realizado pelas estudantes.



Fonte: Própria.

Seguiu-se a essas questões fechadas as de concepção aberta nas quais os sujeitos puderam exercitar a subjetividade. Indagamos sobre as razões pelas quais as estudantes largaram a escola (levando-as ao PROEJA). Destacamos: casamento, gravidez, filhos, motivos pessoais, problemas em casa, dificuldades em conciliar o trabalho com o cuidado com os filhos. Note-se que há elementos que são próprios à condição de gênero compartilhada entre as estudantes, os

quais, na perspectiva dos sujeitos, constituem-se enquanto entraves para trilhar a trajetória acadêmica.

Em tempo, convém apontar que esses elementos são associados a essa categoria social historicamente, como podemos verificar em Stamato (2002) quando aborda uma ideia do valor da afetividade associada ao feminino. Neste sentido, em nossa sociedade termina-se por atribuir à mulher o cuidado com os filhos, o esforço pela manutenção do casamento, bem como as atividades laborais relativas aos cuidados com a casa (trabalho doméstico).

Em seguida, sobre as razões que as levaram a procurar um curso de PROEJA, que associa a Educação de Jovens e Adultos (EJA) à EPCT os sujeitos apontaram: “crescer na vida”, “ser alguém”, “melhorar de vida”, “terminar o ensino médio”. Essas considerações nos conectam à dimensão trabalho como exercício da cidadania e, além, na constituição do eu como ser visível em uma sociedade marcada pela invisibilidade dos que não possuem renda e estão alijados do ensino formal.

Tais elementos pudemos associar à literatura, Ciavatta (2008), acerca do dualismo, bem como das posições de Manfredi (2017) sobre o Estado brasileiro e sua histórica posição como promotor de desigualdades. Percebemos que esses sujeitos procuram adentrar no sistema a partir da aquisição de renda por meio da prática profissional possível por meio de uma educação formal fornecida pelo IFPE. A condição dos sujeitos, que as levou a se inserirem no programa, deduz uma falha do Estado no cumprimento do direito à educação de forma indiscriminada, bem como da garantia ao trabalho e cidadania, em que pese atitudes desse próprio Estado, visando corrigir ou atenuar o cenário, a exemplo do PROEJA e outros programas. Em tempo, convém invocar Franco (2016): “o ensino só se concretiza nas aprendizagens que produz”. Deste modo, o sujeito importa e há toda uma subjetividade envolvida, de modo que uma correlação entre ensino e aprendizagem não é direta. Ao lado desse, Deleuze (2006) afirma que jamais será possível saber e controlar como alguém aprende.

A condição de trabalhador, este como categoria social, à luz da Sociologia experimentou diferenças ao longo da história, como sugerem Marx (2011), Engels (2011) e Manfredi (2017). Passamos por vários modelos de produção e estágios

históricos que modificaram a condição do trabalhador. Entretanto, um aspecto sujeicional aparentemente assume uma forma perene. Deste modo, ganhar a vida, ser alguém, garantir a sobrevivência, passam a ser termos que exemplificam a condição do trabalhador no sistema capitalista. A esses, em alguns casos, faz-se necessário conjugar as atividades laborais com as acadêmicas, muito no intuito de conferir à primeira um maior valor que possa ser apreendido pelo sistema: que resulte em maior renda para o trabalhador em virtude da especialização. Essa tarefa é difícil, em especial quando tratamos de sujeitos pertencentes a categorias que, historicamente, são submetidas.

Quando indagamos sobre os desafios que enfrentam ao conjugar a condição de trabalhadora e estudante, afirmaram, em especial: cansaço, incompatibilidade de horário, estresse, falta de tempo. Podemos refletir em que medida esses elementos trazidos dialogam com os motivos que as levaram a abandonar a escola, muitos dos quais associados à categoria gênero: filhos, casamento etc.

A seguir, ao abordarmos a questão sobre eventuais dificuldades que teriam em função de acumulação dos papéis de mulher e estudante, os sujeitos responderam unanimemente que não tinham nenhuma dificuldade. As dificuldades são patentes conforme analisamos a literatura sobre o assunto, Stamato (2002) e Del Priore (2006). Tal resposta pode ser tributária à uma falta de consciência por parte dos sujeitos participantes, o que nos leva a refletir sobre como se veem e, quais dos papéis que cabem à mulher na sociedade, ou mesmo se o possível “fardo”, denunciado em respostas sobre dificuldades que as levaram a largar a escola, é naturalizado.

Importante frisar que a experiência do curso busca romper com a dualidade denunciada por Ciavatta (2008), ao menos em certa medida: o curso não dialoga com a formação para o trabalho socialmente reconhecido como praticado exclusivamente por membros das classes menos favorecidas. Em certa medida porque, apesar de conferir às estudantes formação formal em Administração, o curso obedece a uma estrutura que o faz dialogar intimamente com a classe trabalhadora em questão.

#### **4 CONCLUSÕES**

Pudemos verificar a existência de limites nesse trilhar educacional, a partir da subjetividade dos sujeitos, sobretudo aqueles de ordem de gênero, materializados aqui pelos motivos que as levaram a largar a escola (trabalho, filhos, falta de tempo), passando por questões de perfil socio-econômico. Contudo, os limites hipotéticos foram identificados a partir das posições dos sujeitos traduzidas nas respostas dos questionários. Entretanto, embora não captadas por meio de questionário de forma incisiva, não devemos abandonar a ideia deduzida de que há um impacto em suas formações, não somente no nível do trabalho e do exercício dele, mas quanto à reflexão sobre este e sua condição de cidadã. Em suma, a vivência no PROEJA é transcrita pelas estudantes como uma experiência positiva.

No que concerne à questão ora proposta no corpo do artigo, quanto aos limites e possibilidades advindos da conjugação dos papéis sociais de aluna e trabalhadora, resultando na condição de aluna-trabalhadora, evidenciamos os primeiros, sobretudo pela condição que os sujeitos carregam (pertencentes à categoria mulher), culminando em entraves específicos que podem vir a comprometer a trajetória desses na academia.

Tratamos com um público que traduz a desigualdade existente no país, na qual o Estado possui papel importante (MANFREDI, 2017). Urge lançar mão de ferramentas que permitam o desenvolvimento educacional desses sujeitos, de modo que possam ter melhores experiências no mundo do trabalho. Isto, por sua vez, pertence ao mundo das possibilidades. Estas, por sua vez, não foram possíveis ser evidenciadas e elencadas a partir das respostas dos sujeitos, muito em função da incompreensão do questionamento que ora lhe foi dirigido, possivelmente em função de uma incompreensão por parte das respondentes à questão que abordava como sua experiência de trabalho contribuía para um melhor entendimento dos conteúdos propostos pelo curso ao qual estavam vinculadas, havendo respostas desconexas e duplicidade de respostas em uma das perguntas realizadas. A questão sobre as possibilidades, buscando identificar como o trabalho exercido pelos sujeitos, associado aos conhecimentos tácitos

que carregam, pode eventualmente ser contemplada em futuras agendas de pesquisa.

Portanto, a formação no eixo profissional de gestão e negócios, no que toca às ofertas subsequentes do *Campus* Paulista, termina por reforçar um dualismo perseverante, atendendo às demandas do mercado. Ao estimular a formação de profissionais para o mundo do trabalho, termina por vincular-se ideologicamente a condutas neoliberais: a reforçar, como aponta Marx (2011), as estruturas vigentes, uma vez que a oferta em questão se apresenta sob o aspecto de superestrutura. Romper isto demanda atuação consistente e sistemática nas “franjas” do sistema, chamando aqueles que buscam formação em gestão e negócios para o desenvolvimento de uma postura crítica quanto ao mercado de trabalho e sua formação integral.

Ademais, a condição de gênero é patente. Como aponta Stamato (2002) à categoria mulher foi relegado um acesso à educação formal diferenciada, afeita à formações que se comunicassem com uma feminilidade socialmente construída. Deste modo, acaba-se por reforçar um papel social associado a esta categoria que busca contemporizar o mundo da vida, figurado nas tarefas domésticas e na afetividade, e o mundo do trabalho, com extensão do primeiro.

Por fim, compartilhamos a esperança de que programas como o que constituiu-se como campo neste trabalho, o PROEJA, na forma do curso de Assistente Administrativo do IFPE *Campus* Paulista, possuam maior atenção por parte do Estado e da academia, em referência à produção de estudos sobre a modalidade.

## REFERÊNCIAS

ANA, W. P. S.; PEREIRA, G. T. M. ; NOZAKI, L. N. M. ; ANDRADE, L. M. ; SANTOS, P. R. O. ; ARAUJO, C. H. S. Reflexões sobre a articulação e integração entre Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos. **Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, p. 22-36, 2019.

BRASIL. Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a**

**Distância.** Conforme o disposto no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e com base no disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 1/2021, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado de Educação, publicado no DOU, de 26 de maio de 2021. Diário Oficial da União, Brasília-DF, nº 1, de 28 de maio de 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 1/2021. **Alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade.**

Diário Oficial da União, Brasília-DF, parecer CNE/CEB Nº: 6/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=168151-pceb006-20&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=168151-pceb006-20&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2022.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.** diário oficial da união, Brasília-DF, edição: 224, seção: 1, p- 21, de 22 de novembro de 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília-DF, CNE/CP Nº 2, DE 22 DE Dezembro DE 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília-DF, 193º da Independência e 126º da República, 25 de junho de 2014.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 1-11, 30 dez de 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.** Brasília-DF, 185º da Independência e 118º da República, 13 de julho de 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 175º da Independência e 108º da República, 20 de dezembro de 1996.

CIAVATTA, M. **O trabalho como princípio educativo** in PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de

Janeiro. ESPJV, 2008 (org.). Disponível em: <[http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trab\\_princ\\_educativo.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/trab_princ_educativo.pdf)>. Acesso em 12 de julho de 2021.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. / Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 8 Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCO, A. A. R S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos (on-line)**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFPE. Resolução nº 5 de 30 de janeiro de 2019. **Aprova o Projeto Pedagógico do curso de qualificação profissional em Assistente Administrativo — Proeja Mulheres — do IFPE, Campus Paulista**. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2019/resolucao-5-2019-aprova-o-ppc-do-curso-de-qualificacao-profissional-em-assistente-administrativo-proeja-campus-paulista.pdf>>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2022.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí. Paco Editorial: 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Edição Eletrônica (e-book). Produção editorial – Unicamp, Faculdade de Educação, Campinas, Brasil, 2011.

MOURA, D. H. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA: Entre potencialidades e entraves diante de projetos societários em disputa. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v 1, n 1, 2017.

MINAYO, M. S. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Revista Saúde e Sociedade**. V. 3(3), p. 42-64, 1994.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **The Knowledge-Creating Company: How Japanese Companies Create the Dynamics of Innovation**. Oxford University Press. Nova Iorque, 1995.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 277p., 2013.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

STAMATTO, M.I.S. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910)**. In: História e Memória da Educação Brasileira, 2002, Natal. II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: RN: NAC, 2002. v. 1. p. 294-295.